

VAZAMENTO EM GUARUJÁ

ROGÉRIO SOARES - 14/1/16



Inquérito civil pede informações ao Corpo de Bombeiros, Cetesb, Defesa Civil e à Localfrio sobre materiais armazenados em contêineres

Gaema estuda pedir “Raios-x” de terminais

Órgão aguarda recebimento de documentos de inquérito sobre incêndio na Localfrio

DA REDAÇÃO

Até a tarde de ontem, o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo Baixada Santista, aguardava o recebimento de documentos do inquérito aberto sobre o incêndio no terminal da Localfrio. O órgão, em conjunto com o Ministério Público Estadual (MPE), investigará as causas e responsabilidades do ocorrido.

Inicialmente, o promotor de Justiça Osmair Chamma Júnior, de Guarujá, instaurou inquérito civil e pediu informações ao Corpo de Bombeiros, Cetesb, Defesa Civil e à empresa, inclusive detalhamento sobre os materiais armazenados.

“Estamos aguardando essas informações que serão muito importantes”, afirma a promotora Flávia Maria Gonçalves, do Gaema. Paralelamente, ela garante que não descarta a possibilidade de se estudar medidas para se obter raios-x de todos os terminais e, desta forma, rever as questões de segurança de forma geral no Porto.

Ela explica que, após o incêndio da Ultracargo, na Alemoa, em Santos, a Cetesb iniciou um trabalho de “pente-fino” na área dos tanques e isso pode ser uma ação a se ampliar. “Estamos acompanhando este trabalho. Agora, com a ocorrência da Localfrio, podemos discutir rever as questões de segurança como um todo. É possível que o

Melhorias possíveis

“Agora, com a ocorrência da Localfrio, podemos discutir rever as questões de segurança como um todo. É possível que o MP e as promotorias da região discutam esta questão”

Flávia Maria Gonçalves,
Promotora do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (Gaema)

“O papel do Ministério Público é essencial para obrigar as empresas e as autoridades públicas a serem mais vigilantes com instalações industriais e portuárias”

Rogério Aparecido Machado,
Professor de Química e Doutor em Saúde Pública

MP e as promotorias da região discutam esta questão”.

Apesar disso, ela reconhece as dificuldades que uma medida como esta pode enfrentar. “É preciso entender que são muito terminais. É um trabalho que vai exigir mecanismos diferenciados. Estamos estudando esse tipo de organização”, afirma a promotora.

Uma atitude mais incisiva como essa que está sendo estudada foi apontado como necessá-

ria pelo professor de Química e doutor em Saúde Pública, Rogério Aparecido Machado, em entrevista publicada ontem em A Tribuna. “O papel do Ministério Público é essencial para obrigar as empresas e as autoridades públicas a serem mais vigilantes com instalações industriais e portuárias”.

MPF

Na última sexta-feira, o vereador Antônio Carlos Banha Joa-

quim (PMDB), de Santos, apresentou representação ao Ministério Público Federal (MPF) para que o órgão peça informações aos terminais portuários e às empresas que trabalham com produtos químicos na região sobre as medidas preventivas de segurança e seus planos de emergência. A representação foi recebida pela Procuradoria da República no Município de Santos e distribuída ontem.

VANESSA RODRIGUES - 2/4/15



Incêndio na Ultracargo, na Alemoa, em 2015, deu início a “pente-fino” da Cetesb em áreas de tanques